

Educação política e escola: estado da arte e concepções¹

Caroline Weisheimer Maronez (UNIOESTE)

karol.maronez@hotmail.com

Valdecir Soligo (UNIOESTE)

valdecir_soligo@yahoo.com.br

Marinez Gasparin Soligo (UNIOESTE)

marinezgasparin@yahoo.com.br

1 Introdução

O tema “política” está em voga na atualidade (2018-2022), bem como o seu entrelaçamento com aspectos educacionais e questionamentos sobre as funções da escola, sua “neutralidade” e seu papel em relação à Democracia e à cidadania, um exemplo são as propostas do “Escola sem partido”. O presente trabalho buscou investigar o tema Educação Política e Escola, compreender como a Educação Política é definida cientificamente com base nas produções acadêmicas disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, bem como suas relações com o espaço escolar formal. O estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva-analítica; o material utilizado para análise foram Teses e Dissertações disponíveis no Catálogo da CAPES na íntegra e o método empregado é a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin.

Segundo Bardin (1977, p.42), a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Entende-se para este trabalho a escola como Instituição Formal advinda da própria formação histórica do Estado, das necessidades constituídas historicamente da sociedade tido como civilizada e do próprio sistema Capitalista. Constitui-se como espaço criado especialmente para o processo formal de ensino-aprendizagem e transmissão-assimilação do conhecimento histórico-científico produzido pela

¹ Instituição financiadora: Fundação Araucária.

humanidade para a humanidade, responsável pela formação obrigatória básica instituída legalmente, sob o amparo do Estado, e Estado democrático, para todos os que neste país são considerados cidadãos, ou refugiados. E tem por indivíduos integrantes: estudantes, professores, agentes educacionais, pais e responsáveis, diretores, pedagogos, coordenadores e secretários.

2 Desenvolvimento

Evidencia-se que a maioria das produções analisadas tiveram como principais métodos ou metodologias a Revisão Bibliográfica, ou documental, com pesquisa qualitativa, mas que conciliaram também pesquisas de campo e entrevistas. É destaque a área de Educação com o maior número de pesquisas, com considerável contribuição das Ciências Sociais - Sociologia da Educação. Dos dados coletados, tem-se trabalhos que foram publicados desde 2000 a 2019, sendo que os anos com maior quantidade de produções foram 2015 (4) e 2016 (3), considerando Teses e Dissertações conjuntamente. A Instituição de Ensino Superior que mais produziu no espectro elucidado foi a USP (3); em âmbito de regiões, o Sudeste lidera, seguido por Sul e depois Nordeste.

O teórico de destaque foi Paulo Freire, sendo amplamente citado e discutido em 12 produções, representando 60% do *corpus*. É interessante notar que ele é mencionado para defesa/refutação de diferentes concepções ou visões sobre “Educação Política”, fator que evidencia a complexidade teórica do tema em questão. Maria da Glória Gohn é por muitas vezes citada para explicar a compreensão sobre uma concepção crucial: como entender a institucionalização e o que são os processos formais, principalmente em relação à escola; afinal, a escola é um espaço formal? A educação só pode ser realizada em espaços formais? A Educação Política tem um *locus* próprio de realização? O termo “Educação Política” foi associado a outros termos, sejam como possíveis sinônimos, sejam como exemplos de suas práticas - além dos já apontados por Forlini (2015). São eles: “Democracia cognitiva”; “Escola da cidadania”; “Orçamento participativo”; “Marketing político”; “Educação para a cidadania”; “Parlamento Jovem”; “Democracia participativa”; “Gestão Democrática”; Educação para a ação política”; “Consciência cidadã”; “Educação política popular”; “Pedagogia leninista”;

“controle social democrático”; “Standard mínimo vital do direito a educação”; “prática política educativa”; “Educação moral e cívica”.

Constatou-se que existe uma predominância de análise documental e relacional do início da década de 1970 até os fins da década de 1980, período em que o país passa pelo Regime Militar e se inicia o procedimento “lento e gradual” de redemocratização. Vários trabalhos estudam movimentos sociais ocorridos nesses períodos, principalmente ligados a atuação da Igreja Católica – que inclusive implantou no Nordeste um Programa de Educação Política - aos movimentos agrários e rurais, ao Movimento de Educação de Base (MEB), Teologia da Libertação e à Comissão Nacional da Verdade. Tal constatação também justifica o próprio uso de referencial teórico de Paulo Freire.

É preciso certa atenção a associação do termo “Educação Política” à “Educação Moral e cívica” pois o regime militar implementou ação formal de ensino como disciplina curricular, e por muitas vezes, como relatado nos documentos, tem-se a alusão ou conexão desses dois termos de maneira pejorativa no ideal dos brasileiros, uma vez que se valeu de autoritarismo e repressão. Nesse sentido, alguns apontam para a desmistificação dessa relação, colocando que a Educação Política seria própria do regime democrático e base fundamental do Estado Democrático de Direito; enquanto outros autores rechaçaram o uso do termo justamente por remeter aos condicionantes daquele período obscuro da história brasileira.

As respostas para as perguntas mencionadas no segundo parágrafo são desenvolvidas nos trabalhos analisados de maneiras diferentes, o que possibilitou classificá-los em três² grupos teóricos de concepções sobre Educação Política (Educação Política em instituições não escolares; Educação Política defendida para dentro da escola; Educação Política não defendida conceitualmente).

3 Considerações Finais

Diante de todo o exposto, da complexidade teórica e ideológica revelada pela análise, percebe-se que tal temática não se esgota, devendo ser o estudo do termo “Educação Política” e suas implicações ainda mais bem detalhado e aprofundado. As análises e

² A exposição da análise realizada sobre cada uma das classificações, com as devidas citações, não será possível nesse resumo ampliado devido ao limite de caracteres.

considerações aqui colocadas refletem um *corpus* específico, que coaduna com o resultado de outros trabalhos científicos já publicados e que são parte integrante do próprio *corpus*. Dessa forma, o Estado da arte permitiu apresentar um mapa ou até um certo “guia” sobre “Educação Política” de acordo com as produções analisadas (20 trabalhos disponíveis pela CAPES, nível Mestrado e Doutorado, de 2000 a 2019).

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CIENA, Fabiana Polican. **A gestão pública das políticas educacionais para efetivação democrática do direito à educação no Brasil: da democracia cognitiva à democracia participativa**. 2016. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-14082016-174140/es.php>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SILVA, Daiane Conrado da. **Educação Política: estratégia para o controle social democrático do sistema único de assistência social**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196819/001094470.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FORLINI, Danilo. **Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2015. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3748.pdf. Acesso em: 05 out. 2022.